

Adonias Filho cronista: apresentação e pequena antologia¹

Marcus Mota

Doutor em História pela Universidade de Brasília – UnB
Coordenador do Laboratório de Dramaturgia e Imagem Dramática –
UNB

E-mail: marcusmotaunb@gmail.com

Recebido em: 19/08 /2015.

Aprovado em: 15/10/2015.

1. Introdução

Sobre as crônicas, a sugestão de sua existência veio de Cyro de Mattos, em conversa informal durante este seminário O Literário, O Político e o Trágico em Adonias Filho, na UESC². As crônicas foram publicadas no “ressuscitado” *Última Hora (UH)* no contexto dos anos 80 do século passado. Ou seja, não se trata do histórico jornal fundado por Samuel Wainer em 1951, que teve sucursais em diversos Estados do país³. O jornal passa para o grupo Folha da Manhã em 1971, vai adquirindo um caráter mais popularesco e mais orientado ao regime militar até que fecha sua redação em 1982⁴. Em 1983 reabre pelas mãos de um de seus ex-editores, Ary Carvalho. Nessa época, Adonias Filho é um dos vice-presidentes do jornal, junto com Oliveira Bastos. É neste contexto de um jornal comprometido com a ditadura que temos as crônicas de Adonias Filho.

O novo *Última Hora* tem formato limitado - primeiro caderno com 12 páginas, seguido pelo *UH Revista*, com 8 páginas, com o roteiro cultural do Rio e informações da programação da TV. Poucas matérias são assinadas e há destaque para algumas cenas de violência e crime da cidade maravilhosa. As crônicas aparecem no início primeiro caderno, junto com editoriais e matérias políticas.

Digno de lembrança é o momento de reabertura do jornal: estamos

nos anos finais da ditadura militar: em 1985 começa a Nova República. Antes, Leonel Brizola fora eleito Governador do Rio de Janeiro, em 1982. O cenário é de um entrechoque ideológico muito claro. Desse modo, Adonias Filho, já na década final de sua existência, parece, em um primeiro plano, reforçar suas convicções conservadoras, ao mesmo tempo em que cada vez mais se vê inserido nas questões advindas das mudanças recentes nas esferas da comunicação e da tecnologia. Há um debate entre mudanças necessárias no modo de se enfrentar mais rápida e eficazmente problemas da exclusão social e quais ideias que justificariam tais enfrentamentos. Mesmo que Adonias Filho se encastele em sua perspectiva idealista e distanciada destes problemas, irrompe em suas crônicas uma identificação dos impasses e quase uma crítica de sua própria geração e classe em poder dar conta das consequências da exclusão social. Por outro lado, Adonias Filho, no curto espaço da crônica - que nada mais é aqui que um discurso sobre um tema relevante - , muitas vezes consegue ser mais direto na explicitação daquilo que recusa como caminho para o país. Ou/e também para o mundo.

Prática habitual de Adonias Filho é, junto com essa perspectiva distanciada e idealista, citar diversos autores para abonar suas reflexões. Adonias trabalha com conclusões pré-dadas: parte de afirmações que vão sendo confirmadas e expandidas durante seu texto. Nesse modo apriorístico de abordagem a prática de citar autoridades na verdade se torna uma tática de explicitar o grupo de pensadores ao qual Adonias se alinha. Isso era o que ele fazia em seus outros textos anteriores de crítica literária. Nas crônicas, Adonias Filho também se vale dessa estratégia, mas amplia seu repertório de abonações: algumas vezes se vale de autores não alinhados às posturas ideológicas que defende, mas usa as palavras destes para corroborar aquilo que afirma.

Uma das grandes questões que circundam a produção ideológica de Adonias Filho é aqui novamente levantada: como se pode construir um discurso correto diante de uma realidade perversa?⁵ Se antes o contexto era de em plena ditadura Adonias escrever sobre valores cívicos, como que desligado da realidade da representação política, agora, em na abertura, temos aquilo que se pode, por um lado chamar de coerência e por outro repetido equívoco, ao novamente defender um estado de coisas que se derrete diante da pressão dos fatos.

Ora, a denúncia do totalitarismo comunista na Rússia e em Cuba não pode olvidar da denúncia do totalitarismo local. A imagem que as crônicas passam é o de um congelamento no tempo - Adonias ontem e hoje permanece o mesmo. Porém, antes da recusa e do rótulo, é preciso ler as crônicas. Pois, mesmo que seja injustificável alguém com tanta capacidade intelectual não conseguir perceber a complexidade histórica de sua época, hoje em dia aquilo que antes seria patrimônio de um tipo de formação cultural parece estar cada vez mais diluído ou absurdamente explícito pelas novas mídias sociais.

Logo, Adonias Filho não é apenas um profeta do caos. Os tumultos dos últimos anos (2014-2015) demonstram que cisões e tensões históricas ainda não foram resolvidas. Desse modo, as crônicas comparecer como um estranho túnel do tempo, um futuro do passado, quando as ideias e as formações culturais andavam juntas e não seria impossível perceber as palavras e as ações flutuam em mundos diferentes em todas as ordens sociais.

Por isso, ler hoje aquilo que foi condenado no início dos anos 90 e depois no início do novo século e que hoje parece ter muita clarividência, é um sintoma de que nossa historicidade tem sido construída em dicotomias extremas ainda hoje. Não se trata de concluir se Adonias antes estava errado e agora está certo. A “transhistoricidade” de suas crônicas é uma ilusão: Adonias Filho dialogava com o jogo entre verdades eternas e ilusões imediatas. Sendo assim, sempre estaria certo. O que importa para nós é o transpassar de um certo incômodo diante de uma ferida que não se fechou, de um fosso cada vez maior entre a inteligência e o contexto imediato.

Dessa forma, detectar uma falha lógica no sistema, ou uma premissa equivocada em uma argumentação invalida todo o discurso? Voltando-se para o próprio Adonias, embora o viés conservador e anticomunista de muitas das crônicas seja bem evidenciado, não é surpreendente notar o quanto elas são capazes de em poucas linhas expressar ideias e posições que antes nem eram escritas, e que, muitas delas, possuem, para nosso espanto, muita razoabilidade e, pior, aplicabilidade atual.

Sendo assim, não é patrimônio de uma formação social ou de um grupo indicar ou nomear a solução e a falta quanto aos dilemas nacionais. Por mais que ainda possa ser estranho, quando se pensa, mesmo que se queira abarcar o mundo em uma ideia, o mundo não cabe nesse pensamento. E, mesmo contra a vontade, somos todos

jogados de volta, uns contra os outros, uns com os outros, Adonias e nós.

Segue-se, pois, uma pequena amostra dos textos escritos no jornal *Última Hora* entre 1983 e 1984.⁶

2 A pressão ideológica⁷

Jamais houve um tempo cheio de mitos agressivos e violentos como o nosso. É realmente impossível qualquer análise, em qualquer setor político, sem que um desses mitos interfira a radicalizar os processos, as posições e o próprio pensamento. E, dentre os sem-número deles, nenhum ultrapassa a ideologia que, em nosso século, se fez responsável por grandes tragédias sociais.

Foi em nosso século, aliás, que a ideologia se impôs como um agente tão atuante politicamente que acabou por identificar-se com o Estado totalitário, fascista ou comunista. Enraizada a princípio como um sistema teórico, aceito como doutrina que reivindicava colocações utópicas, Napoleão chegou a ironizá-la como de significação lírica e abstrata. Na primeira metade deste século, porém, de tal maneira passou a concretizar o seu próprio corpo doutrinário. Tornou-se o poder, pois, a dirigir e a comandar o Estado como força totalitária organizada.

Se bem olharmos, verificaremos que o terrorismo tem na ideologia uma, senão a sua principal causa. Resultado de uma sociedade cada vez mais neurótica, e precisamente porque atingiu a condição irracional que vem de forças inconscientes, é que ninguém retratou melhor o terrorista do que Dostoievski. A definição certa é a que escapa de um dos seus grandes romances: os possessos. Na associação ideologia-terrorismo muito se explica e se entende o estado como força totalitária organizada. Glucksman, um dos novos filósofos franceses, atinge a verdade quando diz que “o princípio de aterrorizar, mais que o de convencer, está generalizado”.

É provável que o Estado assim conquistado – a partir da revolução fascista italiana, com todos os segmentos internacionais posteriores – tenha sido uma resultante de um dos seus principais componentes, principalmente a capacidade catequética. E, por ser catequética, a ideologia é extremamente dogmática. E, por ser dogmática, pretende ocupar um espaço religioso.

Foi Jung quem melhor compreendeu isso ao observar que “vol-

távamos aos espetáculos das pessoas que cortam o pescoço, uma às outras, por causa de teorias pueris sobre a forma de como realizar o paraíso na Terra”.

E, ainda em consequência daquele dogmatismo, ela não permite qualquer questionamento e, em sua aversão dialética, estabelece o mais inflexível bloqueio cultural. O esforço ininterrupto, na censura e na punição da inteligência, é para submetê-la aos cânones estabelecidos, transformando-a de força ativa em colaboradora passiva.

Está claro que, para conseguir isso, a ideologia não oculta o ódio ao pensamento que – como discernimento crítico e capacidade lógica – significa a mais eficiente arma contra ela própria, a ideologia. E daí a luta que, realizada através do bloqueio cultural maciço, corresponde ao ópio destinado a anestesiá-lo o pensamento. O “ódio ao pensamento”, de Jean Dollé, que, caracterizando a ideologia, vai concluir-se na censura, no crime de opinião e nos processos que levam intelectuais ao trabalho forçado nos campos de concentração.

O mais grave em tudo isso, porém, é que a ideologia, a definir coloca-se acima do próprio saber. E, à sombra mesma do Estado, interfere no conhecimento científico e na vocação criadora das artes, a ponto de deformar as verificações e os resultados. No fundo, bem no extremo, justifica a ordem política e a autoridade ditatorial – Stalin, Mussolini, Hitler – como resultantes culturais de experiências históricas associadas a submissos como a classe, o cesarismo e a raça.

E o controle inteiro da sociedade, o controle que a ideologia exige, se processa através da tecnoburocracia tão concentrada que não esconde a opressão. Uma inquisição, como já a chamaram, e de fato uma inquisição em permanente vigilância.

É a ideologia, finalmente, em plena ação política totalitária e, porque totalitária, extremamente radical. Prova-se a radicalização como o aprisionamento da sociedade mantida sob controle em todas as áreas, política ou cultural, econômica ou social. Um exemplo dessa pressão ideológica, que o Estado executa tecnicamente, quem o revela é o romancista tcheco Milan Kundera, que define a experiência stalinista como traumatizante em sua brutalidade totalitária. Os depoimentos, neste particular, seriam incontáveis. E alguns, situados tanto nos campos nazistas de concentração como nos soviéticos, refletem o terror neles submerso. Há neles, como alguém já observou, a justificação intelectual do assassinio e a superação da consciência moral.

Não será difícil concluir que a ideologia, em consequência de sua natureza totalitária, não tem como nascer ou vingar em função de sistemas políticos que valorizam o indivíduo na base das liberdades e das opiniões conflitantes. É coletivo o meio que explora – com toda uma liturgia tribal que provoca, por sua vez, as manifestações de massa como os grandes desfiles, as grandes concentrações e as grandes passeatas – e por isso mesmo não aceitáveis democraticamente.

Não será por mais nada que, ao submeter-se à pressão dos dogmas ideológicos, o cidadão renuncia ao melhor de si mesmo, que é a sua própria liberdade.

3 A ideia e o terror final⁸

Jamais houve um tempo tão cheio de mitos agressivos e violentos quanto o nosso. É realmente impossível qualquer análise, em qualquer área política, sem que um desses mitos interfira a radicalizar os processos, as posições e o próprio pensamento. E, dentre os sem número deles, nenhum ultrapassará a ideologia que, em nosso século, se fez responsável por várias grandes tragédias. Foi em nosso século, aliás, que a ideologia se impôs como um agente tão atuante politicamente que acabou mesmo por identificar-se com o Estado totalitário, fascista ou comunista. Enraizada a princípio como um sistema teórico, aceita como doutrina que reivindicava colocações utópicas, Napoleão chegou a ironizá-la como de significação lírica e abstrata. Na primeira metade deste século, porém, de tal maneira passou a caracterizar o Estado totalitário que o submeteu a seu próprio corpo doutrinário. Tornou-se o poder, pois, a dirigir e a comandar o Estado como força organizada.

É provável que assim conquistado – a partir da revolução comunista soviética e da revolução fascista italiana, com todos os segmentos internacionais posteriores -, o Estado tenha sido uma resultante de um dos seus principais componentes, precisamente a capacidade catequética. E, por ser catequética, a ideologia é extremamente dogmática. E, por ser dogmática, pretende ocupar um espaço religioso. Foi Jung quem melhor compreendeu isso ao observar que pessoas cortam o pescoço, umas às outras, por causa de teorias sobre a forma de realizar o paraíso na Terra. E, ainda em consequência

daquele dogmatismo, ela não permite qualquer questionamento e, em sua aversão dialética, estabelece o mais inflexível bloqueio cultural. O esforço ininterrupto, na censura e na punição à inteligência, é para submetê-la aos cânones estabelecidos, transformando-a de força ativa em colaboradora passiva.

O mais grave em tudo isso, porém, é que a ideologia, a definir e a acionar o Estado, coloca-se acima do próprio saber. E, à sombra mesma do Estado, interfere no conhecimento científico e na vocação criadora das artes a ponto de deformar as verificações e os resultados. No fundo, bem no extremo, justifica a ordem política e a autoridade ditatorial – Stalin, Mussolini, Hitler – como resultantes culturais de experiências históricas associadas a submitos como a classe, o cesarismo e a raça. E o controle inteiro da sociedade se processa através de tecnocracia tão fechada que não pode ocultar a opressão. Uma inquisição, como já a chamaram, e de fato uma inquisição em vigilância permanente. É a ideologia, finalmente, em plena ação totalitária.

E, porque totalitária, extremamente radical. Prova-se a radicalização como o aprisionamento da sociedade mantida sob controle em todas as áreas, política ou cultural, econômica ou social. Um exemplo dessa pressão ideológica, que o Estado executa tecnicamente, quem o revela é o romancista tcheco Milan Kundera, que define a experiência stalinista como traumatizante em sua brutalidade totalitária. Não há como se estranhar, em consequência, que a ideologia acabasse gerando um dos seus lados piores, precisamente o terrorismo. Os seus agentes – os possessos que põem o terrorismo a serviço da ideologia –, apesar da variação dos objetivos, sempre identificam à sombra da mesma brutalidade. Visando o Papa ou o Presidente dos Estados Unidos, explode como uma resultante da violência que hoje mais se agrava por culpa de uma sociedade cada vez mais neurótica.

Basta olhar e ver a tendência para destruição, que é uma carga humana ancestral, para concluir-se que toda uma sintomatologia psiquiátrica tanto explica a violência quanto o terrorismo. E por isso, precisamente porque atingiu a condição irracional que vem de forças inconscientes, é que ninguém retratou melhor o terrorista que Dostoiévski. É daí, desta distorção da personalidade consciente, que ele surge, sempre incapaz de domar o ódio e a paixão em seu delírio ideológico. Não foi por outro motivo, aliás, que a inquirição

dostoievskiana associou o terrorista ao possesso.

Esse possesso, em consequência da própria configuração do mundo contemporâneo, multiplicou-se de tal modo que até se pode falar em alcateia. Órfão da razão crítica, entre a enfermidade e o crime, ele é sobretudo um resultado da química intelectual que inundou a filosofia moderna. Alguém já observou que a justificação intelectual do assassinio – e, sobretudo, a superação da consciência moral – muito concorreu para torná-lo um agente de fácil mobilização por grupos ideológicos totalitários. Isso é realmente indiscutível ao verificar-se que a ação terrorista vem servindo apenas aos Governos totalitários, isto é, aos Governos que repelem o entendimento democrático como o único veículo possível para as crises e os conflitos sociais e políticos.

Um dos melhores dentre os jornalistas ingleses, Paul Johnson, já observou que a base do terrorismo, estando nos países totalitários, só opera com eficiência na liberdade de uma sociedade liberal. Na base das conclusões, porém, embora tenhamos que admitir os terroristas como agentes sempre mobilizáveis por agremiações subversivas a serviço de Governos totalitários, a verdade é que dificilmente sobreviveriam fora das ideologias. Luis Buñel morreu, infelizmente, sem concretizar o último filme que queria fazer, precisamente sobre esses assassinos que, nascidos da ideologia, vêm pondo em perigo a democracia e a civilização. Não foi por mera coincidência, aliás, que tentando adquirir uma configuração religiosa, a ideologia se expandiu quando – e como disse Albert Camus – Deus saiu da moda.

E talvez também não tenha sido mera coincidência que um desses terroristas, pensando em matar o Papa em proveito de sua ideologia, acreditasse matar o próprio Deus.

4 A Ilha⁹

O presidente Reagan, entre os resultados positivos da invasão de Granada, deverá incluir o flagrante que desacredita Fidel Castro uma vez por todas. Os cubanos foram apanhados ao vivo, em Granada, e tanto eram soldados – que em Cuba, afinal, todos são soldados da milícia civil fascista – que quase cinquenta, sob o

comando do coronel do Exército, morreram lutando. O episódio de Granada, que logo provocou a retirada de cem cubanos do Suriname, veio comprovar que não falta razão a Jean-François Revel quando diz que “Fidel Castro dissemina a subversão, mas não a liberdade”.

Mas, nessa disseminação subversiva, sabe-se que, em Angola, soldados cubanos já aderem à guerrilha contra o Governo comunista de Luanda. Está claro que, por força mesma da condição de colônia soviética em que colocou o seu país e desde que se engajou na linha estalinista, Fidel Castro converteu a Ilha numa espécie de campo de concentração nazista. É preciso não esquecer, aliás, que Fidel jamais deixou de ler o *Mein Kampf*, de Hitler, e os discursos de Primo de Rivera, o criador da falange fascista espanhola.

Não foi por mais nada, senão por conhecê-lo na intimidade, que, fazendo-lhe o retrato em *Persona Non Grata*, Jorge Edwards – escritor marxista e um chileno do grupo de Allende – assegurou que loucos não eram os que não aplaudiam Fidel Castro, mas os que o aplaudiam nas praças de Havana. Mas, para mostrar a grande ilusão, ao tempo em que colocava quase 400 mil homens em armas, com 10 mil escolhidos a dedo para a sua segurança pessoal, o senhor de Cuba montava a máquina e movia a publicidade destinada a mostrar a Ilha como o novo paraíso. Dia a dia, porém, e durante mais de vinte anos, fatos e episódios filtraram-se de tal maneira que o paraíso, que era a Ilha, começou a aparecer em sua realidade incontestável. Nas Caraíbas, e durante aqueles vinte anos, Cuba foi o país de menor desenvolvimento econômico, ficando mesmo abaixo da República Dominicana. A agricultura da cana e a indústria do açúcar, apesar do trabalho compulsório até para estudantes, se não involuíram, também não evoluíram. E isto, se por um lado explica o racionamento de todos os gêneros de primeira necessidade, esclarece pelo outro por que a Ilha, até a invasão do Afeganistão, custava à União Soviética a bagatela de US\$ 1 milhão por dia.

É fácil concluir que o governo comunista de Havana fechou o cerco policial para silenciar o povo pela opressão, a censura e o medo. Jean-François Revel, estabelecendo os vínculos entre o mestre e o discípulo, observou que, “como os soviéticos, Castro compensa sua situação de crise doméstica com a agressividade no exterior”. E, se na Ilha já não havia greves, nem eleições e nem imprensa livre, a vigilância proibiu o resto inclusive “reuniões familiares”.

Isso, pelo lado menos esquerdo. E, pelo lado mais esquerdo,

como o documentou Arrabal em sua reportagem para *L' Express*, Fidel Castro não poupou sequer os guerrilheiros de Sierra Maestra como Lanas e Diaz, Huber Matos e Golendorf, o autor de *Prisioneiros de Castro*. E tantas as execuções e os crimes, de operários como Lauro Blanco e estudantes como Jorge Valls, que aos protestos não faltaram nomes como os de Norman Mailer e Jean-Paul Sartre. E, se a vaca sagrada começa a ruir, como disse Arrabal, não temos como esquecer o que ele ouviu de muitos cubanos: “se Castro deixasse o pessoal sair, acabaria só na Ilha”. Na Ilha, porém, como entre as grades da prisão de Boniato, permanece o povo que sabe que Fidel Castro, como disse Revel, “dissemina a subversão, mas não a liberdade”.

5 A nossa igreja¹⁰

Os bispos brasileiros da CNBB, em relatório ao Conselho Episcopal Latino- Americano (Celam), retornam à velha canção dos conflitos de terra, da questão dos índios, da prisão dos padres franceses e – Deus louvado! – das “dificuldades impostas à Igreja pela Lei dos Estrangeiros e pela Lei de Segurança Nacional”.

Discretos e prudentes, os bispos da libertação, ao contrário da desenvoltura das reuniões de Itaiçi, já não ousam o debate em arena aberta. Esperávamos, por exemplo, que protestassem contra o desrespeito do Governo marxista da Nicarágua ao Papa João Paulo II, mas mantiveram-se em mutismo absoluto

A visita do Papa à América Central, aliás, teve o seu grande momento precisamente na Nicarágua onde a violência, tão comum contra o povo, desta vez se fez – e nas palavras do próprio Papa – contra Jesus sacramentado. A denúncia contra o ensino oficial, obriga a população escolar a estudar cartilhas cubanas assim como denúncia à censura imposta ao arcebispo de Manágua, dom Miguel Obando y Bravo, todas essas denúncias não mereceram uma só referência ou menor solidariedade dos bispos da CNBB. Tinham os olhos nos índios, nos padres franceses e nos camponeses.

A verdade é que, após a visita do Papa à América Central, os bispos da libertação não devem andar muito satisfeitos com a sua pregação esquerdista. A resistência que não esperavam, a partir do pronunciamento do Papa quando ele esteve no Brasil e condenou a “ideologização a que se expõe a reflexão teológica”, continua a ampliar-se

dia a dia. As próprias comunidades eclesiais de base já estão a morrer após o fracasso nas eleições democráticas de novembro. Agora, porém, e um pouco em consequência dos episódios de Manágua, a extensão da resistência é de tal maneira flagrante que, saindo da defensiva, entra na ofensiva mesma contra o esquerdismo. A resistência, em uma palavra, se identifica com a mais conservadora linha da Igreja.

Os bons articulistas católicos, que não se iludiram com a pele do falso cordeiro, voltam a combater o comunismo e a desmascará-lo como o “verdadeiro ópio do povo”. Um dos primeiros foi o teólogo do Estevão Bittercourt, que mostrou a superioridade da Igreja sobre os partidos políticos e todas as ideologias. E, precisamente porque ultrapassa as ideologias e os partidos, é que conduz e retransmite a mensagem do Cristo. Um dos seus modernos teólogos, Thomas Merton, exige a prática contemplativa como a primeira dentre as obrigações do sacerdote católico. O que reivindica é a volta às clássicas disciplinas espirituais e sobretudo acreditar que Deus, atendendo às orações, interfere na destinação dos homens e dos povos.

E, como a endossar as colocações de Thomas Merton, outro sacerdote, Dom Marcos Barbosa, divulga as conclusões de alguém como Gustave Thibon sobre a situação atual dos países comunistas. O lúcido analista de Kierkegaard, ao referir-se ao “monumental fracasso comunista”, observa que o coletivismo, desde que vem tentando realizar-se, chega a resultados inteiramente opostos ao ideal que proclama: “o empobrecimento em vez de fartura, escravidão em vez de liberdade, arbítrio e poder centralizado em vez de uma justiça baseada na harmonização das desigualdades naturais”. Isso, a enorme chantagem comunista, tem um nome: Gulag.

E para que evite o Gulag – tão presente na União Soviética como na China e em Cuba -, mantendo-se à sombra de João Paulo II, ao invés de aplaudir e incentivar as greves injustas à maneira dos bispos de Itaiçi, dom João Evangelista Enout não esquece que há um conceito cristão para o trabalho. Citando muito a propósito o caso da Polônia, lembra nas palavras do Papa que “a atividade dos sindicatos não tem caráter político, não deve instrumento de ação de ninguém, de partido político algum, para poder concentrar-se de modo exclusivo e plenamente autônomo sobre o grande bem social do trabalho humano e dos trabalhadores”.

Deduz-se, e logo acrescenta dom João Evangelista Enout, que “o partido político também não poderá ser órgão de classe”. E, se o

partido não deve ambicionar ou tentar comandar os trabalhadores, muito menos deve fazê-lo a Igreja que, reconhecendo a condição verdadeiramente humana do trabalho, situa-se acima do partido, protegendo-o da exploração política do trabalho, e que se percebe quanto Marx está distante de Cristo.

O importante em tudo isso, porém, é saber-se que a Igreja não perdeu os seus melhores teólogos e sacerdotes. E são eles os que, reativando a evangelização e denunciando o marxismo como verdadeiro ópio do povo, continuam a assegurar a eternidade dos ensinamentos do Cristo. Mas, se a Igreja tem nos sacerdotes conservadores os responsáveis imediatos por sua dimensão transcendental, como ainda diria João Paulo II, nos bispos e padres da libertação, por sua vez, tem os agentes da decadência. Os ilustres bispos, pois, e como se vê, embora continuem falando em nome da Igreja Católica, na verdade representam apenas uma pequena parcela da hierarquia eclesiástica.

Correligionários do esquerdismo ortodoxo julgaram, por isso mesmo, popularizar a Igreja à sombra do marxismo nega Deus, a esperança e a caridade e por isso desemboca na mais brutal ditadura quando se torna Estado e Governo, ainda não tiveram tempo para observar nos países comunistas a “Igreja do Silêncio”.

E, muito pior que isso, porque na convivência com os marxistas ateus, não verificam que, na estranha convivência, não há uma recíproca verdadeira. Por isso mesmo, se falam em Marx a propósito de qualquer coisa, os marxistas, por sua vez, jamais falam no Cristo.

6 A estatização dos bancos¹¹

O deputado que apresentou o projeto propondo a estatização dos bancos – na verdade a estatização do sistema financeiro – não quis ou se esqueceu de verificar, nos países socialistas, as consequências da burocratização da economia. Não adianta alterar a semântica porque se trata, efetivamente, de medida inseparável do comportamento socialista. Excluindo-se a Espanha, onde o monárquico – socialismo de Felipe Gonzalez é tão conservador como o de Margaret Thatcher – e por isso se recusou a estatizar os bancos espanhóis -, é possível afirmar-se que da estatização socialista nasceram

as dificuldades que hoje empobrecem os povos da União Soviética, Europa Oriental, Cuba e China. Um simples exemplo esclarecerá por que, na dependência totalitária do Estado, são fragrantemente as ineficiências dos seus parques industriais, dos seus campos agrícolas e de suas máquinas financeiras. E, se a taxa de mortalidade infantil da URSS supera duas vezes a dos Estados Unidos e três vezes a do Japão, a principal causa resulta da incapacidade dos órgãos estatais especializados em atenderem as exigências populares de saúde.

The Economist, aliás, resumiu o quadro ao observar que “o centralismo planeja grandes pacotes de mudanças e depois leva cinco anos para digeri-los”. E, por falar em digerir, não esqueçamos o que a estatização, em matéria de alimentos, fez na Polônia. Mas, se desejarmos avaliar realmente os prejuízos e a devastação econômica que a estatização pode causar em um país, com reflexo nas necessidades do povo, vejamos o caso da França de hoje, a França socialista de Mitterrand. A estabilidade econômica mantida até 1981, quando a esquerda derrotou eleitoralmente os conservadores de Giscard D’Estaing, não tardou a explodir com a estatização da rede bancária francesa. Dois anos depois, precisamente em maio de 1983, com o povo nas ruas a protestar já com agressividade, o quadro se tornou tão feio que o próprio primeiro – ministro, Pierre Mauroy, falando ao semanário *Le Nouvel Observateur*, confessou o fracasso do programa econômico socialista. O déficit orçamentário, o desemprego já ultrapassando 2 milhões de franceses, o enfraquecimento da moeda – valendo 50% menos que em 81 -, tudo a submergir por culpa e graça da estatização e, principalmente, da estatização dos bancos.

Ao lado, com os conservadores no poder sob a liderança de Margaret Thatcher, o exemplo da Grã-Bretanha que – mantendo a livre iniciativa e a privatização das instituições financeiras – não tem como se queixar da sorte. A taxa anual de inflação caiu para 4,6%, o mais baixo nível dos últimos 15 anos. A taxa de desemprego, por sua vez, caiu 2,2%. E, no confronto entre os dois sistemas econômicos, o francês e o inglês, temos que admitir a estatização dos bancos como a causa imediata dos problemas que hoje perturbam o Governo socialista de Mitterrand.

Pode-se reconhecer, já agora, que a proposta para a estatização dos bancos brasileiros, além de não prever os prejuízos que certamente levariam a nossa economia ao amargo fim, ignorou inteiramente o vínculo que faz a democracia uma resultante da

economia aberta. O sistema econômico fechado, com seus métodos de estatização, e como Friederich Hayek já observou, não tem como vingar fora do totalitarismo. Uma sociedade socialista, já dizia Milton Friedman, não pode ser também democrática precisamente por não ser possível a liberdade política sem o mercado livre. Jamais se viu em toda a história humana – e a verificação é de Irving Kristol – uma sociedade politicamente liberta que não se baseasse num sistema economicamente livre. E, se ainda não quiser admitir verdade tão historicamente comprovada, o deputado autor do projeto, que não parece ser um erudito em filosofia política, poderá fartar-se ao saber que o socialismo fracassou no mundo inteiro.

Apesar da enxurrada dialética que ainda tenta justificá-lo, os fatos são de tal modo incontestáveis que não há como se levar a sério os seus teóricos de ontem e de hoje. Desmentir as dramáticas realidades sociais – em países como a União Soviética, a China, Cuba e todos os outros que ao socialismo marxista foram submetidos – eis o que já não é possível. Os meios de comunicação, que reprojeta os fatos, apesar da censura e da impostura, acabaram por mostrar o socialismo nu em seu próprio fracasso foi e continua sendo a estatização. E, no conjunto, sobretudo a estatização das instituições financeiras.

A intervenção do Estado, em doses maciças, submetendo a atividade econômica aos interesses políticos, constitui a negação mesma do modelo democrático e da capacidade de produzir. A negação democrática que teríamos se, por acaso viesse a ser aprovada o projeto de estatização da rede bancária, a exemplo da França, num país em que o Banco do Brasil soma 500 milhões de ORTNs contra 223 milhões de todos os bancos comerciais privados. Isso, essa hipertrofia estatal, bastaria para nos afastar definitivamente de qualquer abertura ou possibilidade democrática. E tudo porque, ingressando no bloco socialista, cairíamos na configuração estabelecida por Peter Berger de que “não existe uma única sociedade socialista que seja democrática”. A explicação didática, aliás, já foi dada pelo professor Max Ways, da Universidade de Georgetown, quando observou que os Governos que absorvem todas as decisões econômicas substituem, necessariamente, a cooperação voluntária pela conformidade forçada.

Tudo o que resta agora é não esquecer o que Thomas Jefferson disse para sempre: “O melhor Governo é o que governa menos”. Foi isso mesmo o que ele disse.

7 A Rússia e a União Soviética¹²

O governo comunista de Moscou, frente ao protesto mundial contra o impiedoso massacre que matou 269 inocentes – os passageiros do Boeing coreano derrubado pelo míssil de um caça – respondeu pela voz do ministro da Defesa que o poder militar será reforçado na União Soviética. Ameaças assim também Hitler fazia. Mas, na verificação do massacre que reflete em sim mesmo a brutalidade de um regime ateu, há um detalhe tão importante que vale por uma percepção de conjunto. É preciso distinguir dois países, a Rússia e a União Soviética, que, embora identificados pelo mesmo espaço físico, culturalmente não se misturam. E, porque a Rússia permanece cristã, com seu povo a amar o Cristo, russo não é o piloto que disparou o míssil. Um robô soviético, sim. Um simples robô, feito de ódio e fanatismo ideológico, e robô porque educado de Deus.

Não é fácil observar que os comunistas soviéticos sempre evitam falar em Rússia como se temessem a sua significação cultural e história. A União Soviética, apesar de mais de meio século de pagã canonização dos seus líderes, a começar por Lênin, continua a temer a Rússia. E tudo porque, perdidos os esforços para sepultar o Cristo – o personagem maior, afinal de toda a grande Rússia – os dirigentes soviéticos não ignoram que é religiosa a vocação do povo russo. O argumento irrespondível, nesse estranho dualismo entre um país ideologicamente fabricado e uma nação culturalmente nascida, é que, em quase 70 anos de perseguição religiosa e doutrinação anticristã e materialista, o fracasso continua sendo total. A Rússia vem impondo à União Soviética o fracasso de todas as medidas para derrotar a sua grande vocação que é a vocação religiosa.

E por isso razão não falta a Anatoli Krasnov – um ex-sacerdote que, como Soljenítsin, esteve em campos de concentração de 1949 a 1956 – quando afirma já ao ser possível deter “potente movimento religioso” na União Soviética. O que se pede hoje nas catacumbas, porque ainda à sombra do terror comunista, é a “liberdade ilimitada das convicções”. É o que prova, aliás, a “União Sócio-Cristã Pan Russa para a Libertação Popular”, em sua ação revolucionária pela implantação da “sociedade cristã”. Siniavski, hoje também nos campos de concentração por “crime de opinião” em consequência do seu trabalho de escritor, assegura por sua vez que “um forte interesse

religioso começa a empolgar os estudantes da URSS". Wolfgang Leonhard, auto do livro *O Futuro do Comunismo Soviético*, comprova finalmente que a perseguição religiosa perdeu a guerra na União Soviética. E tudo porque, possa durar o tempo que consiga vencer a vocação religiosa de um poço e a destinação mesma da Rússia.

A vocação religiosa russa, aliás, não se demonstra apenas através da "Igreja do silêncio" que, desde os dias de Lênin, vem substituindo nas catacumbas a todas as perseguições. Greta Palmer, uma repórter norte-americana, já revelava os passos dos sacerdotes católicos naquelas catacumbas em 1949, e num livro que será sempre um documentário incontestável: *God's Undergraund* (Apleton, New York, 1949) chama-se o seu livro. A autêntica vocação russa, porém, se comprova e sobretudo se explica através dos seus ascetas os velhos ascetas russos.

Há uma antologia de textos místicos desses ascetas, textos que vêm do século XVII, organizada pelo jesuíta Tyszkiewicz e pelo dominicano Belpaire (*Ascetes Russes, Les Editions du Soleil Levant, Namur Bélgica, 1957*). Muito do verdadeiro cristianismo russo aí se revela no encontro com filósofos como Soloviev, Rozanov, Berdiaeff e Rostov. Não será difícil concluir que, nos fragmentos dos sermões, das preces e das instruções, o que se ergue é um universo que – emergido da alma russa – denuncia como o cristianismo permanece vivo e poderoso no sangue do povo. Nessas vozes, que revigoram a crença e a fé, e muitas vezes resultante do sofrimento, pressentir-se-á a piedade, a piedade russa que faltou ao piloto do caça soviético que derrubou o Boeing coreano, aquela piedade que inunda de sangue cristão toda a grande ficção tradicional russa. Lendo-se os romances de Gogol, Tólstoi, Dostoievski e Turgeniev, ou alguns dramaturgos como Tchekhov e Pushkin, será fatal associar-se a problemática dos seus temas ao óleo que escorre das preces e dos sermões dos velhos ascetas.

Mas, porque esses ascetas respondem pela vocação russa, por isso mesmo jamais os poupou o Estado soviético. Monges enclausurados – como Dimitri de Rostov, Tikhon Zadonsky e Kronschtadsky -, que apenas conheceram a vida evangélica e a meditação, é espantoso como ainda possam amedrontar, do fundo dos séculos, todo o poder material soviético. É possível que o medo comunista a esses pastores de almas resulte do pânico de que, mais cedo ou mais tarde, a Rússia acabe por vencer a União Soviética. A verdade é

que, apesar da passagem das gerações e dos esforços para gerar uma nova mística, a mística ideológica, a União Soviética vem perdendo a guerra para a Rússia. A religião, em uma palavra, está mais viva que o império soviético, que ainda tenta vencê-la, precisamente porque representa a Rússia.

E, por tudo isso, é que a Rússia nada tem a ver com as ameaças do ministro da Defesa da União Soviética. E tem a ver muito menos com o piloto que, em nome de uma ordem inumana de maldade e ódio, disparou o míssil contra a civilização.

8 A denúncia¹³

No momento, em consequência da redemocratização, já não há escritores presos na Argentina. Isso, com a graça de Deus, é muito bom. Não acontece o mesmo, infelizmente na União Soviética, onde 103 escritores, presos em campos de trabalho forçado, pagam pelo crime de opinião e de contestação ao comunismo oficial. A informação, divulgada no 46º Congresso Internacional do *Pen Club* – com detalhes também sobre escritores encarcerados na China, em Cuba, no Vietnã e nos países comunistas da Europa Oriental -, me fez lembrar a condenação de seis dissidentes checos. E renovar a tese de que os intelectuais autênticos não podem conviver com as ditaduras ideológicas e os regimes totalitários. E, a lembrarmos o teatrólogo Vaclav Havel e o ensaísta Jiri Dienstbier no banco dos réus, em Praga, outra coisa não veremos senão a estúpida colocação reacionária de um regime que cada vez mais teme as ideias e a contestação lógica.

Não é por outro motivo, aliás, que sempre considerei nas relações do Estado com inteligência o melhor caminho para a definição da democracia. E, se reprime a vocação criadora do artista, se pune a opinião do intelectual como um crime, se não admite o debate e a contestação, o Estado não tem como reivindicar uma posição democrática. É necessário acrescentar, porém, que, embora a inteligência seja uma só, a vocação criadora e artística se distingue do intelecto. Esta nova colocação, aliás, acabou por gerar um dos mais agressivos debates na década dos cinquenta.

O debate, que se atualizou em consequência da Segunda Guerra Mundial, tornou-se permanente a partir dos ensaios de Julien Benda,

Dennis de Rougemont e Raymond Aron. Certo é que, hoje, não se deve aceitar o intelectual como um escriba ou um artista que serve à esquerda ou à direita como se o programassem para isso. E mais certo ainda é que o intelectual será para sempre um lógico a serviço da clareza e da coerência.

O intelectual, pois, a si mesmo se revaloriza pelo que T. S. Eliot chamou de “sistema de pensamento”. A capacidade reflexiva, o poder de análise e a consciência crítica o impedem de ser um demitido e, por isso mesmo, será sempre o insurgente a negar os mitos e as ideologias a que servia. Recordo-me, por exemplo, do reexame de alguns que, pondo a vida e a cultura acima da ideologia, renunciaram ao marxismo com a maturidade intelectual. E, lembrando-me do poeta Stephen Spender, não tenha como esquecer Gide e Malraux. É o caso, em que outro exemplo, dos novos filósofos franceses que, rompendo com o marxismo, filiam-se ao conservadorismo. Há, porém, um exemplo mais recente e, por isso mesmo, muito mais oportuno.

O “ Comitê de Intelectuais pela Europa das Liberdades”, declaradamente contra o marxismo, continua a mobilizar gente como Ionesco, Arrabal, Ladurie, Júlia Kristeva e Chatelet, deixando praticamente vazio os quadros do marxismo na França. E, se alguns chegam mesmo à direita, como Jean-Marie Benoist, não anulam a denúncia de que, se estão mudando para a ordem conservadora, é porque identificaram o esquerdismo com a mais reacionária agressão totalitária. Verifica-se, deste modo, que os julgamentos e prisões de intelectuais muito contribuíram para a conclusão de que apenas a democracia é capaz de estabelecer o relacionamento normal do Estado com a inteligência.

E talvez por isso seja necessário repetir todos os dias que, para o intelectual. Fora da democracia não há salvação.

9 A grande revolução¹⁴

Os “presidenciáveis”, esse que ambicionam chegar á Presidência da República, deviam ser submetidos a um exame público – espécie de questionamento cultural – que lhes julgasse o saber e a percepção sobre as maiores questões e os mais complexos problemas do nosso tempo. E, para começar, a pergunta inicial, que me parece

emergente de nossa própria época, seria esta: estamos a viver a grande revolução cultural capaz de mudar a sociedade e a civilização? Esta é a pergunta que corre os meios científicos, sobretudo nos círculos das ciências sociais e da tecnologia, com algumas respostas certas. E, embora ainda não se possa fazer uma ideia do que surgirá com as invenções tecnológicas mais recentes – com exemplos no raio laser, na televisão por cabo, na fábrica robotizada e na célula fotovoltaica –, parece indiscutível que elas, já estabelecido o debate, estão levando a tecnologia a buscar um pouso filosófico.

E, à medida que novos dados são revelados, como a hipertrofia da automatização por computadores, a ampliar o desemprego – e sobretudo a microeletrônica, a alterar o próprio comportamento humano –, torna-se fácil perceber porque já chegaram os filósofos de tecnologia. Um deles, Arthur Bronwell, revela a grandeza do debate quando indaga: “civilização sobreviverá?” É preciso admitir, antes de tudo, que o acervo das contribuições científicas e tecnológicas, se contribui para solucionar uns, gera, de maneira paradoxal, outros problemas. Parece que há mesmo certa maldição no fundo da vocação científica. Inútil, por exemplos, reafirmarmos o que estamos cansados de saber.

O desequilíbrio ecológico e a poluição crescente – gases venenosos e fuligens atômicas a concorrerem com a escassez de alimentos e o excesso de doenças, o lodo químico industrial a competir com os pesticidas e os neurotóxicos – refletem a carga sinistra que já atinge a própria estrutura biológica e intelectual do homem. A manipulação econômica, por sua vez, instalada em torno de computadores e aparelhos mecânicos, como os robôs políglotas, ao invés de deter a pobreza, a ampliou de tal modo que atinge todas as áreas do mundo, sem considerar os espaços ideológicos. A fome flagrante se reprojeta na disparidade entre a produção agrícola e o superpovoamento. A fome e a má nutrição, assegura Marshall Sahlins, aumentaram com o desenvolvimento industrial. O relatório de Adele Davis sobre o declínio da qualidade da alimentação, conclui que a “nossa era é de uma fome sem precedentes”. Um terço da humanidade sobrevive em níveis de fome e subalimentação, enquanto mais e mais indivíduos absorvem tóxicos e mutagênicos nos alimentos.

O desenvolvimento industrial, aliás, já tão responsável pelo aumento da fome, responde também pelo envenenamento dos céus, das terras e das águas. Inseticidas, como o DDT, estão acabando com os pássaros. Fertilizantes químicos, que arruinam o solo, vêm

gerando uma espécie de câncer na terra. O importante, porém, é verificar-se que a tecnologia, sem perder a expansão, já não atua de maneira inconsciente. E tanto esta a verdade que esperou surgissem os seus filósofos, os filósofos da tecnologia.

E o mais singular é que, atentos à expansão da tecnologia, esses filósofos fazem a exegese à luz do existencialismo. Não é por acaso que Robert Penn Warren se apoia no existencialismo ao discutir as relações da tecnologia com a democracia. Mas, em tudo isso, o que realmente interessa saber é que a tecnologia – acionando o processo da mudança através de invenções e inovações – alterou definitivamente os valores da civilização e da sociedade. E não é por mais nada que os seus filósofos reclamam novas ideologias para o novo tempo. Revoluções decisivas, com exemplos nas comunicações instantâneas dos meios de difusão de massa, na computação, no transporte supersônico, nas usinas elétricas nucleares e na automação industrial, já impuseram transformações culturais e sociais tão flagrantes que as suas exigências se tornam inadiáveis.

Atentos a movimentos científicos paralelos, como o biológico que permitiu a emancipação sexual da mulher, os filósofos da tecnologia já concluíram que a reformulação geral é inevitável. E, se François Mitterrand já relacionou o desenvolvimento e o trabalho com a tecnologia, é preciso não esquecer o impacto que causou na educação e, particularmente, no ensino universitário. Ernest Lynton, considerando a importância econômica do conhecimento, resume numa frase toda a subversão educacional: “um número cada vez maior de ocupações requer educação formal ao invés de aprendizagem.”

Mas, se tudo isso é realmente de extraordinária importância, bastando observar como a tecnologia atual vale por toda a história das técnicas, é bom não ignorar que os seus filósofos – sempre preocupados com a mudança da civilização e da sociedade – especulam sobre as metas e os significados da própria tecnologia. E, efetivamente, após os sonhos realizados através das ciências aplicadas, com exemplos na conquista da energia elétrica e na viagem à Lua, o grande receio é que o homem esteja a perder o destino. O paradoxo, já denunciado por um físico como Dennis Gabor, é que cada vez mais possamos estar a avançar contra nós mesmos. E não é outro motivo que a tecnologia, já com um pouso filosófico, começa a mudar de caminho. A pergunta, que Arthur Bronwell soltou no

ar, esclarece tudo: “a civilização sobreviverá?”. Ou, em outras palavras, estamos a viver a grande revolução cultural capaz de mudar a sociedade e a civilização?

E, porque creem na tecnologia, os seus filósofos não ocultam o otimismo quanto ao futuro. Respondem, por isso, que a grande revolução cultural, tangida inclusive pela tecnologia, já muda a sociedade e a civilização. E não hesitam em dizer que a tecnologia, em sua própria supremacia científica, acabará por inventar um futuro melhor. Seria realmente um ponto a mais, a favor daquele otimismo e desse futuro, que os “presidenciáveis” respondem, em exame público, ao questionamento dos problemas do tempo. Isso para que, quando já estamos na idade dos astros, não permanecemos na idade da pedra.

10 A falta de estadistas¹⁵

A falta de estadistas é uma das causas da grande crise política contemporânea. O julgamento das massas, sempre em estado de hipnose, permite que os líderes sejam fabricados acima das exigências mínimas de vocação, lucidez e comando. E, em consequência das máquinas publicitárias que respondem pela coação psicológica, inúmeras são as usinas que se especializaram na produção de líderes. Há os que são manufacturados pelas ideologias, com exemplos em Stalin e Hitler, como há os que são manipulados pelas corrupções eleitorais, com exemplo em Nixon e os que, como Khomeini, surgem do fanatismo religioso. O uso do poder público, porém, apesar de todos os recursos que engendram falsas imagens, e se pode muito, não pode caracterizar o estadista.

E o que é realmente grave, como logo se verifica, é que o estadista não se improvisa. Ele nasce tomado pela vocação que responde por seu próprio destino. O exemplo, se fosse pedido seria César. E talvez mais Lincoln que César. Os nomes, porém, pouco importam. Definir, sim, é o que importa. Dizer que, em termos históricos e culpa do Estado moderno, hoje, são excessivamente mais difíceis que as do passado. O caso de Carlos Magno, por exemplo, que sendo analfabeto foi sem qualquer dúvida um estadista, não teria como se repetir hoje. Governantes primários, como em todos os espaços

e tempos, são salvos da mediocridade e da incompetência pelas acessórias especializadas.

Mas, e precisamente porque conseguem se salvar pela porta estreita da rotina burocrática, constituem uma das causas que provocam e alimentam a grande crise contemporânea. E tudo começa por um equívoco que, de tão comum, talvez seja maior constante na via política dos nossos dias. O equívoco mesmo que confunde e identifica o estadista com o administrador como se fossem uma só pessoa verdadeira. O estadista, porém, em consequência da natureza dos seus compromissos com o País e o novo – inclusive na órbita internacional – se por um lado absorve, pelo outro supera o administrador. A supervisão que dele se reclama, favorecendo uma imagem global dos problemas, devem permitir uma configuração política geral. As parcelas técnicas, que pertencem aos administradores, têm que ser uma soma em suas mãos. Infelizmente, porém, e se conseguirmos separar uns dos outros na chefia dos Governos, verificaremos que sempre um estadista para cem mil administradores. E por isso se pode dizer que, como Disraeli, Churchill não nasce todos os dias.

Mas, e porque inúmeros administradores se julgam estadistas – despreparados, em consequência, para as complexas exigências do Estado moderno -, é que se tornam agentes da crise. Eles, que têm por função abrandar ou solucionar a grande crise, agravam-na por todos os lados, inclusive porque não sabem como configurá-la ou reconhecê-la. O esforço em consequência, é muito mais que o de enquadrar-se a crise em termos de soluções técnicas porque é o de encontrar-se o estadista capaz de vencê-la sem desprezar aquelas soluções. A conclusão, pois, não será difícil.

A conclusão – ou, pelo menos, uma das conclusões – é a de que, frente à grande crise, as assessorias especializadas, os equipamentos mecânicos e a cobertura administrativa, com todos os planejamentos e computadores, não preenchem a falta do estadista. E, se parte de sua formação deve resultar de leituras filosóficas, que um Platão e um Rousseau não faz mal a ninguém, este e o momento de citarmos alguém como Montesquieu. Eles, os estadistas, conseguiram elevar a sociedade da brutalidade à ordem. E, se estão faltando, precisamente porque estão faltando é que a grande crise já leva ao caminho oposto. A sociedade, em verdade, começa a descer da ordem para a brutalidade.

E desce, vem descendo todos os anos, como prova a violência animal com escala no terrorismo promovido pelo próprio Estado.

Os exemplos estão no Gulag soviético e na subversão xiita do Irã. O chefe de Governo, que não aceita as críticas porque não sabe como respondê-las, jamais será um estadista porque não entende o adversário como um participante da mesma preocupação pública. A brutalidade, pois, que leva à sociedade, é uma consequência de sua própria incapacidade em, resolvendo os problemas, evitar as críticas. Infelizmente, porém, assim como não há loteria para descobri-los por sorteio, também não há escolas para a formação de estadistas. Apesar dos séculos, entretanto, creio que – se tanto necessitamos deles, os estadistas – a melhor lição virá dos gregos.

E não foi por acaso que Edith Hamilton afirmou que o lugar dos gregos é no mundo moderno. É, se admitirmos que, apesar de todas as aparências materiais, temos nos gregos os mais sábios dos nossos contemporâneos, logo entenderemos por que neles, até hoje, o Ocidente se abastece e alimenta. Os seus historiadores e cronistas, Heródoto ou Tucídides, Políbio ou Xenofonte, pode ressurgir, e por isso mesmo, como verdadeiros mestres para um estadista moderno. E tudo porque, sobretudo filósofos e cientistas, não faltaram a valores sérios e atualíssimos em nossos debates com exemplos na liberdade, na opinião pública e na democracia. Não há como esquecer, por exemplo, a definição clássica de democracia feita por Heráclito: “O contrário é convergente e dos divergentes nasce a mais bela harmonia, e tudo segundo a discórdia”.

Certo, porém, certo mesmo é que, com ou sem a ajuda dos gregos, o mundo necessita de estadistas para vencer a grande crise contemporânea. E talvez não fosse falso concluir que todas as questões – sociais, políticas, econômicas – se tornaram assim complexas e quase insolúveis precisamente porque faltam os estadistas. E o receio maior em tudo isso é que, com a falta de estadistas, a sociedade civil acabe por chegar a desobediência para evitar os abusos da mediocridade e da incompetência.

11 A luta contra a fome¹⁶

O governo soviético renovou a campanha destinada a provocar a adesão do povo para o programa nacional de alimentos. O plano é para que, numa população de 270 milhões, pelo menos uma pessoa

possa adquirir 70 quilos de carne por ano, no fim da década de 80. A campanha, aliás – que, pela franqueza, vem surpreendendo sobretudo os ingleses –, confessa as deficiências no complexo agroindustrial do país, com a escassez cotidiana de pão, peixe, leite, frutas e legumes. O grande esforço, afinal, como diz Richard Balmforth, é para acabar com a escassez crônica e o racionamento da comida. No momento, na União Soviética, o cartão azul de racionamento limita cada cidadão a 400 gramas de manteiga e 2 quilos de carne por mês, quando isso é possível. O grande e grave problema, porém, não é a falta de cereais para o fabrico do pão, mas a incapacidade de cultivá-los para engordar um rebanho de 94 milhões de cabeças de gado.

Os especialistas ocidentais, entretanto, apesar de todas as medidas tomadas e do peso publicitário da campanha, não acreditam em seu êxito. E isso porque, para eles, a Rússia – considerada o celeiro da Europa antes da revolução comunista – tem o seu ponto fraco na coletivização agrícola imposta por Stalin, com vigência até hoje. A campanha soviética confirma apenas que a maior de todas as crises, no mundo atual, é precisamente a da produção de alimentos. E, exatamente porque uma grande crise provoca inquietação social, pelo outro gera poder. O poder do alimento, como já o chamaram. Em face da crise, que em linguagem direta significa fome, não será difícil concluir que não há salvação fora da agricultura. Não é possível qualquer discussão, aliás, sobre acontecimento tão flagrante como a crise mundial de alimentos.

E, se quisermos vê-la no fundo das causas, logo as encontraremos na limitação das terras aráveis e principalmente na explosão demográfica. As Nações Unidas confirmam todos os dias que, em 20 anos, o mundo – já com a cota populacional esgotada porque de 5 bilhões – terá 6 bilhões e 200 milhões de habitantes. E o que se indaga, já que não se admite uma estabilização demográfica, é onde e como buscar alimentos para todos os povos. Mas, mesmo que ignoremos que a água doce natural se reduz cada vez mais por efeito de descargas despoluidoras nos rios; que o desmatamento irracional continua a fazer desertos; que a perda da cobertura fértil em um quinto das terras aráveis se verifica pela erosão; mesmo assim será quase impossível solucionar o problema da humanidade que já é o da produção de alimentos. O alimento, porém, não pode ocultar que tem um adversário de peso na própria órbita agrícola, precisamente o álcool carburante. Lester Brown já confessou não

saber como, no sufoco pela comida, os governos farão para não restringir os combustíveis agrícolas. E, além de tudo isso, mesmo antes da explosão demográfica, pelo menos um bilhão e meio de pessoas viviam em regime de carência alimentar.

A luta pelo alimento, ou a luta contra a fome, e que já começou sem deixar de fora qualquer povo, justifica a prioridade dada à agricultura nos países economicamente organizados. E isso porque, assim como ainda se divide entre os que têm e os que não têm petróleo, o mundo não tardará a se dividir entre os que dispõem e os que não dispõem de terras. É preciso considerar, em consequência, que os países sem ou com agricultura deficiente já entraram na luta pelo alimento.

A União Soviética, agora confessando o esforço na luta contra a fome, apenas o ano passado, importou mais de US\$ 1 bilhão de cereais, dos Estados Unidos e outros países produtores. E nesse mesmo ano as importações agrícolas dos países da OPEP ultrapassaram US\$ 40 bilhões. Os países do Mercado Comum Europeu, por sua vez, gastaram quase US\$ 30 bilhões em produtos agrícolas importados. E a China, a comprovar que a agricultura não se harmoniza com o sistema comunista de trabalho agrícola, importou US\$ 20 bilhões.

Mas, em tudo isso, o que se verifica, em consequência da luta contra a fome, é que a guerra comercial pelo alimento que vai se tornando violenta à medida que as populações nacionais crescem. E os Estados Unidos compreenderam isso perfeitamente quando, abrindo a campanha pelo “poder do alimento” – que parece ser agora imitada pela União Soviética -, e já o maior país agrícola do mundo, ampliaram de tal modo os esforços que a si próprios superaram. Nos últimos anos, por exemplo, a safra de trigo norte-americana de tal modo bateu todos os recordes que pôde abastecer a União Soviética em 30 milhões de toneladas por ano. A safra de milho, em outro exemplo, cresceu em 150% o ano passado. Não é por outro motivo que o Ministério da Agricultura talvez seja tão popular quanto a soja, essa mesma soja que abastece o mercado mundial em 98%. O feijão de soja e o trigo, que colocaram a União Soviética na dependência dos Estados Unidos, como todos os cereais de base, explicam por que a agricultura se converteu em arma decisiva na guerra comercial entre os países.

Está claro que o alimento também provoca reações dos países importadores no sentido de uma solução interna imediata. O esforço soviético, por este lado, é extremo como provam a atual campanha e

todos os planos quinquenais. Os países da OPEP, por sua vez, com exemplo no Fundo Árabe de Desenvolvimento, investem bilhões de dólares na batalha dos alimentos. É realmente emocionante o esforço do Iraque – que, como a Argélia e o Ira, está a adquirir trigo da Austrália – para instalar colônia agrícolas entre o Tigre e o Eufrates. A agricultura, como se vê, em qualquer parte do mundo, vem tendo prioridade absoluta como investimento obrigatório. É o mínimo, aliás, que pede a escassez mundial de alimentos.

Todos esses exemplos bastam para justificar, acima das demagogias, as reivindicações agrícolas brasileiras. Conhecer essas reivindicações, em termos realistas e honestos, já será um começo para a nossa entrada na luta contra a fome.

12 A biologia é uma lei¹⁷

O ministro do trabalho Murilo Macedo, acaba de constituir o primeiro Conselho Federal de Biologia, atendendo ao que determinava a lei 6.684, de 1979. A Comissão de Saúde do Senado, por sua vez, também acaba de aprovar o parecer do senador Marcondes Gadelha ao projeto de lei que, dispendo sobre o exercício da análise clínico-laboratoriais, beneficia os diplomados em Ciências Biológicas. E, pelo que vemos, parece que os poderes públicos comecem a se conscientizar da importância da Biologia como talvez a ciência fundamental em nosso século. A Biologia, aliás, a partir da preocupação de Aristóteles – o “deão da ciência antiga”-, passando por Darwin, sempre teve um lugar privilegiado entre as ciências. Tendo como finalidade o estudo de todos os seres vivos, a ponto de muitos a julgarem como um “ grupo de ciências”, abrangendo inclusive a fisiologia e a genética, a verdade é que apenas hoje, em nosso tempo, se tornou realmente definitiva em sua dimensão extraordinária. Esta colocação é que justifica, já com bastante atraso, a criação do Conselho Federal de Biologia.

Os problemas imediatos do mundo – e todos graves porque relacionados com a demografia, a ecologia e o urbanismo – impuseram a crença de que os demógrafos, ecólogos e os urbanólogos são os especialistas que já respondem pelo destino do homem. Entre

eles, e mesmo superando-os, incluiria os biólogos. E tudo porque, a partir da revolução biológica da mulher, com a pílula que é de longe a grande contribuição científica do século, o seu campo de trabalho tornou-se ilimitado. E ainda mais ilimitado que a física nuclear e a microeletrônica que, segundo alguns filósofos da tecnologia, deverá mudar radicalmente a sociedade e a civilização. Nos laboratórios, com base em experiências tão fantásticas que lembra a ficção científica, os biólogos reformulam teses e doutrinas porque interessados no tratamento científico da matéria viva.

E por isso mesmo, como vinha acontecendo no Brasil, país algum deve abandoná-los ou perde-los. As áreas menores de pesquisas e atividade, com exemplo na biblo-patologia – sem entender-se como a preciosa documentação do acervo nacional, nas bibliotecas e nos arquivos, apodrece pelo não recrutamento dos biólogos -, essas áreas refletem ao mínimo o mundo da Biologia. Reflete-se infinitamente mais no encontro com a agricultura que, por ser um capítulo excepcional, mobiliza interesse e recursos nos países desenvolvidos. Sabe-se que as meças sobre as safras de alimentos, em consequência da fraqueza genética vegetal, tão sujeita as pragas, não disporá de solução fora da cobertura biológica. A Terra, há 10 mil anos, contava com 5 mil espécies vegetais alimentares. Hoje, dispondo apenas de 150 espécies, já configura o problema que se vincula mesmo com a carência de alimentos e, portanto, a fome. Não é por outro motivo, aliás, que instituições internacionais especializadas, como a Comissão Internacional de Recursos Genéticos Vegetais – voltadas para “a biologia natural das plantas” -, colhem e preservam o plasma germinativo dos vegetais. As safras agrícolas, vitais para a humanidade, e como se vê, dependem necessariamente da Biologia.

Isso, que já não é pouco, esclarece porque um educador, Clark Kerr, assegura que “o campo intelectual de maior crescimento hoje é o da Biologia”. E, porque há níveis de complexidade a extrapolar em todas as estruturas vivas, ele conclui que os próprios segredos do átomo não possuem significado maior “do que os segredos ainda escondidos no código genético”. A segunda metade do nosso século, por isso mesmo, já pertence as ciências biológicas.

E tanto é esta a verdade que, saindo ou permanecendo no código genético, a Biologia não limita, como diz Lewis Thomas, a batalha que envolve o desconhecido. Os estudos em torno da biosfera- que a Terra sempre é uma forma de vida, como quer o biólogo Lynn

Mergulis – se completam nas análises que favorecem a psicologia no setor do comportamento humano e animal. Não termina aí, porém, o desafio que a Biologia aceitou para valer. E isso porque, atenta aos mistérios do código genético, não recua mesmo face ao problema da reestruturação da raça humana que um professor de Columbia, Charles Frankel, chama de “o espectro da eugenia”. O entrosamento das descobertas biológicas com as técnicas médicas, a que já se denomina de biomedicina, responsável pela inseminação artificial, trabalha neste momento – e ainda é Charles Frankel quem escreve – para “compensar as deficiências genéticas através da implementação dos genes necessários”. A Biologia, como se verifica, e muito mais que uma espantosa revolução científica, realiza a mais fantástica das guerras, precisamente a guerra para decifrar a vida.

O reconhecimento de uma ciência assim já não podia tardar mais um dia. E o Conselho Federal de Biologia, porque acaba de ser constituído, elimina a denúncia do atraso cultural e científico.

13A tragédia das secas¹⁸

A seca permanece no Nordeste. Agora, porém, a completar o noticiário da imprensa, temos na TV as imagens dos flagelados que repetem as cenas de mais de um século. E tanto o quadro é o mesmo de sempre que nada acrescenta as tristes e duras faces sertanejas dos que fogem da fome, da desolação e do deserto, para que se tenha uma ideia do quadro vivo, basta que se diga que há municípios nos quais a lavoura se perdeu e o gado continua a morrer porque a água sumiu dos pequenos açudes, dos poços e das cacimbas. Na Bahia, por exemplo, o governador João Durval Carneiro decretou estado de emergência em quase 25 municípios, já com 245 a ilustrarem as lamentações de Jó. Tamanha a estiagem – como no Ceará, em Sergipe, no Piauí – que, além do gado a morrer cada dia, não se pode falar em safra de coisa alguma, muito menos de feijão. Os nordestinos dos sertões repetem hoje, como há um século, a mesma procissão dramática.

E a palavra retorna, pois, como há um século: flagelados, os flagelados. Secas, as secas. Tudo porque a seca se recusa a perder a atualidade como um dos nossos mais constantes e graves problemas.

Ai está, mais uma vez, a documentar tragédia. E o povo, que vê a lavoura queimada e o gado morto, parece ter que viver para sempre esta espécie de castigo bíblico. O que esse povo não esquece, porém, é que o sertão, apesar de todos os recursos e desenvolvimento, apesar mesmo da infraestrutura administrativa que se criou, vem sendo derrotado pela invencibilidade das secas.

Em livro recente, “Nordeste, o Drama das Secas” (Civilização Brasileira, Rio, 1983), um estudioso com a lucidez de Pinto de Aguiar pode configurar o problema em todos os aspectos. Não esqueceu ao menos de reprojeter o trabalho dos órgãos públicos na dimensão histórica de um século.

Os órgãos públicos federais da linha de frente – como a Sudene, o DNOCS ou os estaduais como os Departamentos de Poços e Açudagem – parecem desarmados diante dos erros cometidos. E, se os erros vêm de séculos, com origem talvez nas queimadas indígenas, torna-se claro que as correções não podem ser casuísticas, porque requerem medidas mais complexas e profundas. Atender-se a exigências imediatas, como a das frentes de trabalho para os flagelados, poderá ser uma solução temporária. Um quebra-galho inevitável, sem dúvida. Não, porém, uma solução definitiva. E jamais o será porque, num exame mais vertical das secas, a solução que se impõe, embora extrema e onerosa, será a da reconstrução do equilíbrio ecológico perdido no complexo biótico regional. Não será difícil concordar, aliás, que o deserto, aberto a fogo durante séculos para o pastoreio faz agravar em cem por cento a aridez tropical. E, se as chuvas faltam, a culpa é do homem que violentou o ambiente por todos os lados. A terra, hoje quase nua, perdendo as árvores e os rios, apenas não se vinga porque continua sendo a grande vítima. Agora mesmo, com o novo surto das secas nordestinas, nada se aprende. E isso, efetivamente, é o que espanta.

Espanta, realmente, que não se estabeleça – agora, com urgência! – a política do prevenir para não remediar. Os fazedores de desertos continuam os desmatamentos ignorando inteiramente os exemplos que, no Nordeste, já são históricos. Essas derrubadas, que vêm substituindo a selva pelo pasto, a mata pelo tabuleiro de capim, já ameaçam até a amplitude de áreas como a da própria Amazônia.

Ainda agora, na 35ª reunião da Sociedade Brasileira para progresso da Ciência, o agrônomo Mário Dantas revelou que, na Amazônia, um milhão de hectares entraram em declínio, 1,5 milhões

de hectares se degradam e 800 mil hectares já estão sob degradação avançada. E conclui que, de 4 milhões de hectares de pastagens estabelecidas na floresta amazônica, 3,3 milhões de hectares estão ameaçados de erosão e secas. A invasão, como se vê, se processa por todos os lados.

Não é difícil concluir, afinal, porque, ferido o complexo biótico de várias regiões brasileiras – com o reflexo maior no Nordeste – as secas acabaram por se impor como enfermidades periódicas. E por isso mesmo, para vencê-las, não vingam medidas intermediárias. A solução, pois deve e tem que ser global. E não é por outra coisa que essa solução reclama a reconstrução do equilíbrio ecológico perdido e que, já agora, não sabemos mesmo seja possível refazer. A dúvida para a reconstrução sobrevém, aliás, da própria alteração climática com prejuízo já cientificamente observado na qualidade do ar e da água. As tecnologias industriais, como observou Robert Hellbrover, vêm aumentando a carga atmosférica de calor, isso que ele chama de “superaquecimento da atmosfera”. E com interferência maior nas áreas tropicais onde, como no caso do Nordeste, se registram as grandes secas.

As secas, em consequência, são partes de um dos mais sérios problemas do mundo que é o imensurável problema da própria destinação dos trópicos. E por isso mesmo, apesar das questões sucessivas que dele resultam – como, por exemplo, a da perenização dos rios e de áreas florestais protegidas -, temos que equacioná-lo como um desequilíbrio ecológico. O passo a ser dado, pois, é o de admitir as secas como um dos efeitos do que Barbara Ward chamou de “degeneração ambiental”. E fica muito claro que, sem corrigirmos aquela degeneração, não há como vencermos as secas.

14 A questão médica¹⁹

A existência de uma grave questão médica no Brasil é indiscutível. O noticiário diário da imprensa, com os médicos e os residentes reivindicando melhores salários, bolsas e honorários, se revela o lado interno, não reflete a questão pelo lado externo. A verdade é que todos os otimismo cessam por este lado. Tanto que a realidade não permite que o esqueçamos por um instante. E isso porque, grave e dramática, a questão médica já se impõe em termos de urgência urgentíssima.

Está claro que não me refiro ao detalhe salarial, ainda no lado interno, que humilha o médico quando servidor público. Os vencimentos, efetivamente, face à complexidade dos cursos e das especializações, não representam sequer uma gorjeta para a responsabilidade profissional, sempre mantida apesar de toda uma série de episódios como, por exemplos, os das mortes do juiz Zalkind Piatgorski e da cantora Clara Nunes. E, como ilustração daquela responsabilidade, não esqueçamos as palavras do médico Harry Graeff: “Sagrada é a vida humana que é a base de todo o trabalho médico”. O lado que agora nos preocupa, porém, é o outro, precisamente o lado externo.

Para começar, reconheçamos que, desde o Império, o Estado não tem ignorado o problema de saúde. Crônica, pois, esta questão já histórica. E tanto o interesse do Estado se fez permanente que, desvinculando-se da Pasta da Educação, a Saúde ganhou Ministério próprio. Apesar, porém, de toda esta preocupação, o problema cresceu ao invés de regredir. A velha definição de Miguel Pereira, em consequência, continua de pé. E, se Miguel Pereira dizia que “o Brasil é um vasto hospital”, não temos ainda hoje como alterar a triste imagem. Vasto hospital no sentido da carência de recursos e meios, sobretudo a falta de médicos e enfermeiras, com a subnutrição e a pobreza gerando todas as modalidades de doenças. E, se a meningite ainda demonstra como pouco avançamos, é a mortalidade infantil que prova que estamos quase a zero. Dir-se-ia que há, contra o nosso subdesenvolvimento, um flagrante desenvolvimento das enfermidades.

Os males, porém, não são incuráveis no problema brasileiro de medicina. Feitos cientificamente, porque em laboratórios estatísticos, os exames revelam dados que, por sua vez, provocam uma série de espantos. E um dos mais sérios subproblemas, talvez mesmo o primeiro dentre todos, é o que se identifica com a própria população. Na verdade, e por insuficiência dos meios – já que 70% da população dispõem de renda no limite de dois salários mínimos –, o nosso povo, pela subnutrição, é a matéria viva do “vasto hospital”. A dieta forçada e a fome compulsória não são apenas causas da mortalidade infantil que, no nordeste ultrapassa 50%. A miséria, mais uma vez, aparece como fermento de todas as pragas. E, se a população constitui um campo minado de predisposição, sem recursos para comer e sem resistência – e são milhões os subnutridos e doentes –,

pede por isso mesmo um leito para curtir a enfermidade todos os dias. E que encontra? Encontra uma rede hospitalar precaríssima e, quando particular, tão cara que é preciso se vender a alma para pagar as doenças do corpo e da própria morte. Não poderia mesmo existir – essa rede hospitalar – porque, para acioná-la, faltam os agentes indispensáveis que são o médico, o dentista, o farmacêutico e a enfermeira. Visitássemos os quatro mil municípios brasileiros e verificaríamos que em 48% deles não há médicos e nem dentistas. Nas próprias capitais dos Estados, com exemplo na “Grande São Paulo”, faltam 896 médicos para atingir o índice de um médico para cada mil habitantes. E, finalmente, para que se tenha uma ideia global do quadro, basta que se diga que 35 milhões de brasileiros não dispõem de serviços médicos.

Os direitos humanos devem começar com a assistência médica no ato do nascimento e, sempre ao lado do cidadão por toda a vida, terminando com a morte. O Estado, qualquer que seja o seu tipo ideológico, não assegura direitos humanos sem que, com a questão médica solucionada, assista o cidadão em sua saúde. A sopa do presidio, afinal, deve ter início no leito do hospital. Está claro que, nem por permanecer submerso em tantos problemas, não se perdoa ao Estado a omissão ou a falta de interesse para com a questão médica. Todos os problemas sociais imediatos – como, por exemplos, o custo de vida, a falta de habitação e o desemprego – nela desembocam porque geram enfermidades. E, se somarmos todos esses problemas, não há como se discutir que há uma grave questão médica no Brasil.

E questão, convenhamos, para entrar nos programas de todos os Governos.

15 A crise na educação²⁰

Não há dúvida de que os filósofos da ciência são também responsáveis pelo debate em torno da educação. É certo que, se a tecnologia adquiriu uma filosofia para os novos valores que alteram as estruturas da civilização e da sociedade, a educação não tinha como escapar à sua interferência. Tamanha a penetração – com exemplo nas comunicações instantâneas, na computação, no transporte supersônico, nas usinas nucleares, na automação sexual da mulher,

na impressão eletrostática – que atingia a educação ao reformular o próprio comportamento da vida humana. Tornou-se inevitável, pois, a superação do pedagogismo escolar em todos os segmentos, inclusive e sobretudo na Universidade.

A crise da Universidade, que tantos procuram restringir ao Brasil quando é uma constante em todos os países, tem aí a sua principal causa. A precipitação na mudança social já não permite que a Universidade se mantenha acastelada na ortodoxia acadêmica de “primeiro aprender e depois fazer”. E, porque transmite apenas conhecimentos teóricos, sem considera que a competência profissional resulta da aprendizagem pelo trabalho de uma vida inteira, é que a Universidade parece ossificada em sua grande crise.

Mas, e porque assegurada a aprendizagem em todo o curso da vida, o homem não deve ter outros limites para a educação a não ser a aptidão individual. É a educação aberta, com igualdade de oportunidades para todos, enriquecida pela experiência pessoal que justifica a tese de que é trabalhando que se adquire o verdadeiro saber profissional. todos os trabalhadores, em consequência, podem alcançar o saber a nível mais alto.

Não há, por isso mesmo, um período ideal para educar-se. E, principalmente, não se deve aprender na juventude o que se deve aprender na idade adulta em consequência da experiência e da cultura acumuladas. Denuncia-se, desse modo, a Universidade que, servindo a uma minoria privilegiada, não se preocupa com a maioria absoluta que vive no mundo do trabalho.

O ensino ativo, porém, não tem a justificá-lo apenas as invoções e as modificações técnicas e científicas que, todos os dias, ultrapassam a Universidade. É após os estudos – como Henri Janne muito bem explica em seu relatório sobre a Universidade e as necessidades da sociedade contemporânea – que surgem as novas necessidades de conhecimento. O que há, efetivamente, é a incapacidade do sistema escolar e universitário em acompanhar a mudança de um mundo que altera os conhecimentos e gera novas profissões. O que se pede, afinal, é a educação aberta.

E mesmo a educação que, realizando-se através do trabalho, demonstra que a competência profissional prescinde da formação universitária. Não se pense, porém, que a nova educação, a “educação progressiva durante toda a vida”, como a ela se referia Dennis Gabor, um prêmio Nobel da Física, vem se processando teoricamente. E,

porque é de fato uma resultante da filosofia mesma da tecnologia, já invadiu a área prática como provam os debates que, em 1976, agitaram em Nairóbi a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas.

Parece claro, pois, ser inadiável a reformulação do sistema escolar frente à contribuição dos filósofos da tecnologia. E, quando dizemos ao ensino em todos os graus, do primário à Universidade. A argumentação, afinal, se contém numa pergunta: se todos os sistemas culturais, sociais e econômicos estão mudados, como e por que não mudar também o atual sistema de educação?

16 A educação e o trabalho²¹

A exigência da escolaridade, na iniciativa privada ou no serviço público, sempre me pareceu uma imposição injustificável. A imposição, aliás, que corresponde a uma espécie de autodefesa e auto-afirmação de um ensino culturalmente ultrapassado, começa por negar a igualdade democrática do trabalho. E, negando-a por um lado, reafirma pelo outro os privilégios tanto na sociedade como no trabalho. E ninguém poderá contestar que a exigência de escolaridade constitui um flagrante privilégio. A escolaridade, aliás, não assegura competência, assim como o nível universitário não corresponde a saber e, muito menos, atualização de saber.

No trabalho, pois, em consequência da exigência de escolaridade, não há igualdade de oportunidade para todos. E, se é verdade que os meios de difusão e o consumo cultural são mais importantes que o sistema escolar, de tal modo aquela igualdade é ferida que se coloca contra uma das convenções da Organização Internacional do Trabalho, precisamente a que determina a “não discriminação em matéria de emprego e ocupação”.

Mas, antes de abrir esta ferida, a exigência de escolaridade já reflete um absurdo científico, porque anula o reconhecimento psicológico de que, ao invés de limitar-se à juventude, o tempo educável se insere num processo permanente que vai do nascimento à morte. E, como consequência desse reconhecimento psicológico, a enorme diferença admitida entre o “sistema educativo” e o “sistema escolar”.

Não cabe discutir aqui, do ponto de vista sócio-cultural, a superioridade do “sistema educativo” sobre o “sistema escolar”. E tudo

porque, se o sistema escolar, com ênfase sobretudo na universidade, é de fato um círculo opressor, por sua vez dominado pelo enciclopedismo e o pedagogismo ortodoxo, o “sistema educativo” tem a sua validade na certeza de que não existe qualquer limitação para a educação, a não ser as aptidões individuais. E, em consequência, a aceitação do saber sem que se indague onde e como foi adquirido e, portanto, acima de qualquer escolaridade. A aquisição do saber erudito ou profissional, aliás, jamais depende da escolaridade.

A verdade é que o saber erudito, de fundo humanista e clássico, mantém-se acima dos currículos escolares. E isso porque, reclamando uma vivência pessoal e uma experiência intelectual, não tem como ser verdadeiramente assimilado fora da idade adulta e, portanto, acima da escolaridade convencional. Não é por outro motivo que um filósofo da educação, como Mortimer Adler, conclui ser dispensável qualquer ensino para a aquisição do saber, desde que – sendo-se alfabetizado – aprenda-se a aprender. É a mesma conclusão a que chegou Alvin Toffler, quando demonstra que “uma pessoa adequadamente motivada pode aprender tudo o que uma pessoa imprópriamente motivada nada aprenderá, mesmo que fique sentada 20 anos numa sala de aula.”

E isso quer dizer que é trabalhando – através do trabalho – que se consegue o saber profissional. Cirigliano, um dos principais teóricos da “educação permanente”, já observou que, assim como o diplomado, todos poderão adquirir o saber através da experiência e do trabalho. Nos tribunais, nos hospitais, nas fábricas e nos laboratórios – como exemplo -, qualquer trabalhador, diplomado ou não, “pode alcançar o nível mais alto do saber”. É o trabalho, pois, que promove a aquisição do saber profissional e o atualiza, como provam os professores que ensinam o que não aprenderam na universidade.

Mas, se a importância de tudo isso por si mesma já se demonstra, o que surpreende é que se faça a exigência de escolaridade precisamente para o trabalho. E, porque não é segredo, muitos já observaram que da população em idade de universidade escolar – pelo menos na América Latina – apenas 20 ou 10% usufruem o sistema superior de ensino. Os 80 ou 90% que sobram estão no trabalho e é a esses que, inexplicavelmente, governos e empresários exigem a escolaridade. Para alcançá-la e exibi-la, sobretudo em nível universitário, é que se empreende a maratona pelo diploma sem cogitar-se das vocações e das aptidões. E talvez por isso é que hoje, no Brasil,

um milhão e oitocentos mil universitários, embora não ignorem a falta de mercado profissional, buscam os diplomas. Chegam à universidade, na maioria, apenas para que possam atender à exigência da escolaridade.

O trabalho, afinal, dispensa a escolaridade porque, como aprendizagem, vale tanto ou mais que o sistema de ensino. E, por isso mesmo, não falta razão a Alvin Tofler quando diz: “penso que um indivíduo deveria ter o direito de estabelecer a sua competência e que a forma como a obteve não é da conta do empregador. Se você pode executar o serviço, não deve importa ao empregador como o aprendeu. Se você pode dar conta do trabalho, deve ficar com o emprego e não depender de um pedaço de papel fornecido por uma universidade”.

17 A outra escola²²

É difícil saber porque, dentre os privilégios estabelecidos na sociedade brasileira – e sociedade que reivindica uma colocação democrática – permaneça o da escolaridade a nível superior ou, mesmo, a qualquer nível. Talvez a explique a colonização portuguesa que, com seus preconceitos aristocráticos, sempre considerou inferior o trabalho que não resultasse da consagração universitária. A escravidão, por sua vez contribuiu forçosamente para que até hoje não se iguale o trabalho manual a qualquer outra atividade. Outros são os tempos, é verdade, mas ao invés de regredir, o preconceito como que se robusteceu.

Mas, embora não consiga entender porque o curso superior tanto diferencia os cidadãos – que todos devem ser iguais perante a lei -, será mais difícil ainda compreender por que um diplomado qualquer tenha direito a prisão especial e não mereça, por exemplo, um escritor ou um artista. Pergunto-me se o destino houvesse armado uma armadilha a notáveis brasileiros, sem curso superior, se também esses não mereceriam a prisão especial?

O curso superior, afinal, jamais fará com que alguém a si mesmo se valorize e prestigie o seu País e o seu povo. E, para ficarmos apenas em alguns exemplos de grandes mortos, que tratamento seria dado a gente como Machado de Assis, Noel Rosa, Villa Lobos, Por-

tinari, Procópio Ferreira e Carmem Miranda? E, porque não tinham curso superior, seriam metidos no xadrez comum? O dispositivo legal que regula prisão especial, como se vê, confirma tão-somente aristocráticos preconceitos da nossa formação social.

E, confirmando-os, reafirma a escolaridade, neste País, como indispensável para o acesso ao privilégio no trabalho. A prisão especial, aliás, ainda é uma resultante do tabu da escolaridade. É o instante de dizer-se, pois, que a exigência da escolaridade, no serviço público ou na iniciativa privada, é uma imposição tão injustificável quanto absurda. E tudo porque, se o tempo educável se insere num processo permanente que vai do nascimento à morte, não se deve indagar onde e como foi adquirido o saber.

Não é por outro motivo, aliás, que um filósofo da educação, Mortmer Adler, concluiu ser dispensável qualquer ensino para a aquisição do saber desde que – sendo-se alfabetizado – se aprenda a aprender. É a mesma conclusão que chegou Alvin Tofler quando demonstra que uma “pessoa motivada pode aprender tudo o que quiser sem pôr os pés numa sala de aula”. Cirigliano, à sombra de John Dewey, já observou que, assim como o diplomado, todos poderão adquirir o saber e uma profissão através da experiência e do trabalho.

Já se observou, também, que o mundo moderno, porque dependente das ciências e das tecnologias, alterou fundamentalmente a educação que hoje se realiza sobretudo pelo trabalho. É, na verdade, a autoformação, com influência imediata dos meios audiovisuais – com exemplos na televisão e no transistor -, da qual já se disse corresponder à democratização dos estudos. È hora, pois, de dizer-se aos Governos e aos empregadores as palavras certas. E as palavras certas são as de Alvin Tofler: “ O indivíduo tem o direito e estabelecer a sua competência, e a forma como a obteve não é da conta do empregador. O empregado não deve depender de um pedaço de papel fornecido por uma universidade.” O que se deve exigir, pois, ao invés da escolaridade, é a prova da competência.

Tudo o que resta a dizer, agora, é que a prova da escolaridade não vale coisa alguma. E, porque nada significa, deve ser esmagada como todos os privilégios.

18. A cultura de massa²³

Há uma incompreensão histórica quando se reivindica a cultura erudita para a massa. E isso porque a massa, a partir da primeira e mais primitiva manifestação cultural, sempre teve uma cultura tão própria que sempre rejeitou – pela autenticidade mesma de sua cultura – a cultura erudita. Se Lévi-Strauss pôde observar que as sociedades primitivas não são menos ricas em gênios com Pasteur e Palissy, também é certo que a massa não tem como trocar o que cria e faz por modelos culturais com quais não se identifica. A memória e a vocação, a percepção e a inteligência, a sensibilidade e as outras reações psicológicas e coletivas, tudo isso molda um comportamento que a prende culturalmente em um círculo rigorosamente definido. Não é por outro motivo, aliás, que repele a tutela dos que pensam abastecê-la culturalmente.

E, se a origem do processo cultural no sentido criador é o mesmo para a massa e os eruditos – o esforço kierkegaardiano para que o homem possa negar a animalidade -, também não se distinguem operacionalmente a concepção, a técnica e o artesanato. As realizações culturais de um, aliás, não são melhores ou piores que as do outro precisamente porque se igualam nas bases criadoras. E não é por outro motivo que, na órbita das artes, a cultura de massa não se desqualifica frente à cultura erudita.

Verifica-se-á facilmente que subsistem modelos diferentes como bem o demonstram os modelos ocidental e oriental. Na infraestrutura desses modelos, porém, apesar da autovalorização que os eruditos fazem de si próprios, subsiste naturalmente a cultura de massa e, talvez, em maior espaço. O fato ostensivo é que as manifestações da cultura de massa – nos costumes, na alimentação, no teatro, na música, na pintura e na escultura – demonstram que a massa participa do processo cultural global como um agente legítimo e muitas vezes de interferência e influência decisivas. As interferências são de tal modo perceptíveis nas áreas artísticas que se documentam com a maior facilidade. Dentre os exemplos, porém fiquemos com os brasileiros.

No fundo desses exemplos, logo sobressairá a origem da própria ficção brasileira. É na oralidade, como ilustração típica da cultura de massa, e durante três séculos, que as fundações se concretizam.

Em sua continuidade, a partir do século XVI até a eclosão erudita na primeira metade do século XIX, a oralidade executa trabalho simplesmente extraordinário. As vinculações a serem estabelecidas, neste período, através da oralidade com a matéria ficcional e desta com as constantes literárias, comprovam que o ciclo novelístico é realmente brasileiro na base de todas as fundações. A interferência da cultura de massa, através da oralidade – fluxo ininterrupto que atua desde o século XVI -, é tão flagrante que não permite qualquer discussão.

Como outro exemplo da interferência da cultura de massa no círculo erudito, temos os autos populares como autênticas matrizes culturais que dispõem de mostragem plástica, literária e musical. E, precisamente porque espetáculos de arena com raízes no mais antigo chão brasileiro, neles o nosso teatro.

Encontrou a sua manifestação primitiva. Os autos, como espetáculos populares, vêm das fundações. A dança e o canto nas cerimônias guerreiras dos índios surpreenderam cronistas do século XVI. O auto indígena dos “Pajés”, por exemplo, é fusão mítica, musical e coreográfica. Em todo o período colonial, a partir do auto indígena, os elementos constitutivos são natureza coletiva e anônima.

A cultura de massa, pois, como os autos populares provam, sempre atendeu as exigências da própria massa como receptividade e consumidora. E, se isso acontece, é porque dispõe, além das bases criadoras tão legítimas quanto as eruditas, de um poder inventivo e de uma força de testemunho simplesmente extraordinários.

Luís da Câmara Cascudo, em seu *Dicionário do Folclore Brasileiro*, comprova aquela inventividade sem necessidade de maiores comentários. E, quanto ao testemunho, basta que se reveja o caso de Canudos. Na luta, quando Macedo Soares combinava a ação de combatente com a curiosidade de repórter, no momento mesmo em que Euclides da Cunha redigia a *Caderneta de Campo* com vistas aos *Sertões*, já o próprio sertanejo se valia da guerra para erguer o cancionário folclórico.

José Calazans Brandão da Silva recolheu e analisou o ciclo que chamou de “Ciclo Folclórico do Conselheiro”. Quero dizer com isso que, enquanto a guerra se processava, a literatura oral se aproveitava do material que surgia na base do acontecimento ao vivo. A massa convertia Canudos, pois, em fonte literária durante o próprio processo da guerra.

Não se pode deixar de reconhecer, em consequência, que, por dispor assim de cultura tão própria que a si mesma se basta, a massa torna flagrante o que é a vocação criadora do povo. Parece-me ter chegado a hora, pois, de se desfazer a incompreensão histórica sobre a cultura de massa. E, desfazendo-a, confessemos que é uma violência a tentativa de esmagar os próprios valores culturais em proveito dos valores eruditos.

Notas

1 Textos digitados por Milene Fontes de Menezes Bispo e Jó Rodrigues Cezar Junior, bolsistas IC, a partir do Projeto de Pesquisa – “Perspectivas: o trágico, o político e o literário em Adonias Filho”.

2 Link do evento: www.uesc.br/noticias/?acao=exibir&cod_noticia=3104.

3 Quanto a seu acervo em São Paulo, v. www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital. Para o Rio de Janeiro, v. www.bndigital.bn.br/hemeroteca-digital.

4 PINHEIRO JUNIOR 2011, BARBOSA 2007.

5 Note-se a alta recorrência da expressão «consequência» nos textos das crônicas, o que procura marcar um processo racional, uma argumentação com apresentação de ideias, provas e conclusões.

6 Entre outros títulos de crônicas não recolhidos aqui temos: «As direitas e o voto livre», de 8/11/1983; «As patrulhas ideológicas», de 2/08/1983; «Economias em confronto», de 19/04/1983; «A engenharia», de 13/12/1983; «Escolaridade e trabalho», 18/01/1983; «Futuro sem futuro», de 12/04/1983; «Goeldi», 10/01/1984; «O intelectual e a revolução», 25/01/1983; «No fundo das cavernas», 13/12/1983; «O equívoco socialista», 31/05/1983; «O espectro de Marx», 29/03/1983; «O fracasso socialista», 7/02/1984; «O pesadelo do Rio», 17/05/1983; «O poder conservador», 15/03/1983; «O problema habitacional», 26/04/1983; «O quadro negro», 31/01/1984; «O voto facultativo», 6/12/1983; «Os conservadores», 8/02/1983; «Os motins contra Mitterrand», 10/05/1983; «O outro Vietã», 26/07/1983; «Que democracia é esta?», 12/07/1983; «O terror tribal», 3/05/1983; «Um ano começa», 03/01/1984; «Um quadro assustador», 7/07/1983; «A Unesco e a imprensa»; 14/02/1984; «Voltando ao que já fomos», 21/06/1983; «Um ano roxo», 11/01/1983.

7 UH 1/02/1983,p.2.

8 UH 18/11/1983,p.4. Note-se como Adonias Filho retoma materiais da crônica anterior de 1/02/1983, bem como partes e argumentos de seu livro *O bloqueio Cultural*, de 1964.

9 UH 20/12/1983, p. 4.

10 UH 22/03/1983,p.2.

11 UH 24/05/1983,p.4.

- 12 UH 21/09/1983,p.4.
- 13 UH 27/12/1983.
- 14 UH 5/07/1983,p.4.
- 15 UH 29/11/1983,p.4. A crônica é ilustrada com uma foto do Aiatolá Khomeini, está com a legenda «Um produto do fanatismo».
- 16 UH 28/06/1983 p. 4.
- 17 UH 29/11/1983,p.4.
- 18 UH 19/07/1983,p.4.
- 19 UH 23/08/1983,p.4.
- 20 UH 24/01/1984
- 21 UH 16/08/1983,p. 4
- 22 UH 17/01/1984. . Esta crônica liga-se à anterior, do dia 16/08/1983, p. 4.
- 23 UH 22/02/1983

Referências

BARBOSA, M. **História cultural da imprensa no Brasil -1900-2000**. Rio de Janeiro, Mauad, 2007.

PINHEIRO JUNIOR A **Última Hora (Como ela era)**: História e lenda de uma convulsão jornalística contada por um atuante repórter do jornal de Samuel Wainer. Rio de Janeiro, Mauad, 2011.